

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Brasília: Paralelo 15, 2010.

RODRIGO REIS\*

Apresentada primeiramente como Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, a obra aqui analisada recebeu o Prêmio ABA-GTZ 2008-2010, “Povos Indígenas na Amazônia: Cenários etnográficos de mudança e continuidade”, que possibilitou a sua publicação em forma de livro.

Combinando pesquisa e intervenção, Iglesias tem participado ativamente de processos de identificação e delimitação de terras indígenas; ora como assessor das organizações indígenas, ora como antropólogo convidado. Sua presença em campo é permeada por relações com os indígenas e suas associações – como a Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ) –, com instituições públicas – em especial a Funai – e com outros atores e pesquisadores, dentre os quais se destaca a parceria com o antropólogo Terri Valle de Aquino.

No período entre 1994 e 2000, suas pesquisas e seus trabalhos de intervenção estiveram voltados principalmente “à análise de processos de redefinição territorial e de reorganização política e econômica protagonizados pelas famílias e lideranças, representadas pela Askarj, para a conquista, o uso produtivo e a regularização de quatro novos seringais” (IGLESIAS, 2010, p. 21), gerando a publicação de diversos relatórios técnicos e artigos científicos.

Sua proposta inicial para a elaboração da tese era comparar e analisar historicamente os processos de reorganização sociopolítica e cultural dos Kaxinawá, considerando o contexto da inserção na empresa seringalista e, posteriormente, a nova

\* Docente do Instituto de Natureza e Cultura/Ufam e mestrando no PPGA/UFPE. E-mail: roliveiraam@gmail.com

situação estabelecida pelo reconhecimento e regularização de suas terras indígenas. No entanto, a partir da leitura do “Relatório e Biografia de Felizardo A. de Cerqueira” (CERQUEIRA, 1958), Iglesias redefine o objeto da tese e opta por tomar este documento de época inédito

como fio condutor de uma reflexão sobre os Kaxinawá e suas relações com os patrões seringalistas e caucheiros, bem como com diferentes agências do governo brasileiro durante as primeiras três décadas do século XX, no vale do alto rio Juruá, no Território Federal do Acre (IGLESIAS, 2010, p. 22).

Prefaciada por João Pacheco de Oliveira, a obra é composta por sete capítulos e uma detalhada relação de referências bibliográficas. Apresenta ainda uma compilação de imagens cartográficas e uma iconografia.

O autor nos apresenta no primeiro capítulo – *Introdução* – a sua trajetória de trabalho junto aos Kaxinawá, assim como o processo de tomada de conhecimento da existência do referido documento de época, em 1997, e o encontro na cidade do Rio de Janeiro, em 2006, quando recebeu este documento, que provocou a mudança do desenvolvimento da tese.

Para a realização desta nova proposta, o autor recorreu também a pesquisas em documentos oficiais do governo federal e demais agências atuantes no então Território do Acre – relatórios de expedições do SPILTN, documentos produzidos pela Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites – dentre outras fontes.

Para apresentação dos próprios Kaxinawá, foram utilizadas as gravações de entrevistas e depoimentos reunidos ao longo dos períodos de trabalho de campo para a identificação de terras indígenas, material etnográfico coletado por antropólogos e por professores indígenas, além de entrevistas realizadas por Iglesias e Terri Valle de Aquino especificamente para a produção da tese.

Nos capítulos 2 e 3, o autor nos oferece uma reconstrução dos processos econômicos, políticos e sociais relacionados à implantação da empresa seringalista no alto rio Juruá – compreendendo o período das duas últimas décadas do século XIX até a crise da economia da borracha a partir da década de 1910.

Iglesias ressalta características das formas de ocupação do território e de organização da produção; reconstrói as complexas relações estabelecidas nas atividades de extrativismo gomífero, nas negociações diplomáticas e nos processos de definição do limite internacional entre Brasil e Peru; e as violentas correrias com suas marcantes consequências sobre o ordena-

mento territorial e a organização social dos povos indígenas que habitavam a região.

Para caracterização da implantação da empresa seringalista na região, Iglesias recupera os modelos desenvolvidos por Oliveira (1977; 1979): *seringal caboclo* e *seringal de apogeu*. O primeiro compreende formas e relações sociais de produção ainda não especializadas, amparada por bases familiares, e o emprego de mão de obra indígena e mestiça concilia a produção da borracha com agricultura de subsistência e o extrativismo de outros produtos, além da despreocupação com a validade legal dos terrenos. O segundo modelo, que representa a configuração das zonas mais produtivas, caracteriza-se pela especialização da mão de obra e das relações sociais de produção centradas na produção da borracha, estreita vinculação comercial com as casas aviadoras nos grandes centros e uma maior preocupação com a legalização fundiária.

A empresa seringalista na Amazônia é tema de diversas obras de historiadores, pesquisas antropológicas, relatórios governamentais e materiais didáticos usados na educação de indígenas e não indígenas. Portanto, uma vasta produção que não é possível ser reproduzida aqui. Não obstante, ressaltamos alguns elementos da análise e reconstrução historiográfica apresentada por Iglesias.

Primeiramente, um conjunto de informações levantadas pelo autor contraria a afirmação recorrente na historiografia de uma quase total inexistência feminina nos seringais no início do povoamento. No entanto, se dados dos primeiros censos e documentos oficiais permitem questionar a invisibilidade das mulheres, os mesmos não oferecem informações quantitativas de relevância sobre a presença das populações indígenas.

Dados sobre uma considerável parcela da população letrada chamam atenção do autor. Parte dessa população era composta por seringueiros, o que para o autor contrapõe a historiografia que atribui ao analfabetismo dos seringueiros a possibilidade de os seringalistas auferirem ganhos adicionais, o permanente endividamento e a imobilização de sua força de trabalho nos limites do seringal.

A relação entre seringalista e seringueiros, ou entre patrão e fregueses, ganha diferentes configurações ao longo da existência da empresa seringalista. No período de apogeu, predominaram as relações bastante difundidas na historiografia sobre o tema através da imagem da escravidão por endividamento. Diversos autores retratam este momento como marcado por cativos, nas palavras de Euclides da Cunha: “a mais criminoso organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo”, e

que o seringueiro era “o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1976, p. 109; 131 *apud* IGLESIAS, 2010).

Contrariamente a esta situação, Iglesias nos apresenta uma nova configuração nas relações sociais de produção no período de crise da economia da borracha. As diversas transformações advindas da crise possibilitaram, dentre outras coisas, a flexibilização dos “regulamentos” – acordos que determinavam as relações entre patrões e fregueses.

Nesse novo contexto, muitos seringueiros conseguiram livrar-se da obrigação da compra de mercadorias e da entrega de sua produção exclusivamente no barracão do seringal. Também ocorreu uma diversificação das atividades produtivas dos patrões e dos seringueiros, gerando bens e produtos para o próprio consumo através da agricultura e da criação.

Apoiado nos relatos do Pe. Constant Tastevin, Iglesias afirma ainda que

melhorias na qualidade de vida de parte dos seringueiros também decorreram dessa nova situação, na forma de uma alimentação mais variada e rica, que incluía gêneros agrícolas frescos, mais caças e peixe, na diminuição do trabalho de até seis dias por semana, antes empenhado na produção da borracha (que, além do corte, exigia a coleta de cocos e a defumação das pelas) e de uma maior autonomia face aos patrões (2010, p. 102-103.)

Outro aspecto a destacar da reconstrução histórica apresentada pelo autor é que – mesmo nos piores anos do período de crise da economia gomífera – a diversificação das atividades produtivas e comerciais permitiram a continuidade do funcionamento da empresa seringalista e, contrariando algumas previsões da época, os seringais não sofreram um significativo esvaziamento populacional.

Esta região que deu origem ao Território Federal e depois Estado do Acre será – assim como outras localidades da região Amazônica – palco de duas formas de tratamento aos povos indígenas, na maioria das vezes divergentes, porém ambas representantes do colonialismo. De uma parte emergem dos documentos oficiais, dos jornais da época e da memória dos indígenas as “correrias” promovidas por patrões, seringalistas e caucheiros. Da outra, as diferentes propostas oficiais para a “proteção” e “civilização” dos índios.

Caracterizadas pela destruição de malocas, mortes, pilhagem e queima das plantações, e pelo sequestro de mulheres e crianças indígenas, as correrias eram amparadas pelo discurso ideológico que não reconhecia humanidade aos indígenas – *selvagens, ferozes, animais, incapazes de serem civilizados* são

representações que povoavam esses discursos –, tendo como real finalidade a apropriação dos seus territórios e das riquezas neles existentes.

Iglesias recupera um texto do tenente do Exército Luiz Sombra publicado no *Jornal do Comércio*,<sup>1</sup> segundo o qual três seriam as motivações para a realização das correrias no período de implantação dos seringais: “1º, para iniciar a exploração de um seringal ou cauchal; 2º, em represálias; e 3º, como gênero de Sport” (SOMBRA, 1911 *apud* IGLESIAS, 2010, p. 83).

O autor recorre ainda a classificações presentes em trabalhos de antropólogos que identificaram diferentes modalidades de correrias. De acordo com a dissertação de Terri Valle de Aquino (1977), os próprios Kaxinawá distinguem as correrias entre as que visavam ao extermínio e as que buscavam a incorporação de indígenas como força de trabalho. E Jacó César Picolli (1993) distinguiu três modalidades de “correrias” correspondentes a diferentes “fases” da economia gomífera: 1. “correrias de desbravamento” (1840-1870); 2. de “conquista e ocupação” (1880-1914); e 3. de “catequização ou integração” (1911-1920).

As ações de institucionalização do poder público na região marcam a segunda forma de tratamento dispensado às populações indígenas. Inserida em um projeto mais amplo do governo federal, a criação do Território Federal do Acre (em meados de 1900) visava principalmente

à integração territorial, ao controle de zonas fronteiriças, à regulação das relações de trabalho nos seringais, ao alargamento da utilização dos recursos naturais, a uma maior arrecadação de impostos e à promoção de novos fluxos migratórios (IGLESIAS, 2010, p. 26).

Junto a estes interesses, emergem discursos, propostas e ações oficiais para a “proteção”, a “catequese” e a “civilização dos indígenas”.

Fundamentadas no ideário positivista, estas propostas e ações consideravam que os grupos indígenas estavam estacionados em um primeiro estágio da humanidade e que seria possível, através da tutela do poder público e da *educação para o trabalho*, serem integrados aos costumes e valores da civilização.

No quarto capítulo, o autor dá continuidade à análise da atuação governamental na região, centrando a atenção sobre as práticas do Serviço de Proteção aos Indígenas e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). O órgão indigenista oficial deveria ser o principal executor das políticas de pacificação e de proteção dos indígenas; no entanto, o que podemos

<sup>1</sup> “Correrias de índios”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19/12/1911 (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 002, Fot. 033-34).

observar através do detalhado resgate de documentos, relatórios e jornais de época é a não concretização das ações devido às inúmeras limitações administrativas, inclusive com o abandono da instalação de unidades do SPILTN no território.

A trajetória do cearense de Vila Pedra Branca, Felizardo Avelino de Cerqueira, é o tema do quinto e do sexto capítulo, respectivamente, *Felizardo Avelino de Cerqueira, catequista de índios* e *Um “catequista” a serviço da nação*.

Sua trajetória amazônica se inicia na confluência dos rios Envira e Tarauacá como freguês de Ângelo Ferreira da Silva; este último também viria a ser conhecido como catequista de índios. Em seu relatório, Felizardo indica um ataque de índios na colocação em que trabalhava como marco inicial de sua carreira como catequista de índios. Diante da proposta dos demais seringueiros da realização de uma correria em represália ao ataque, o mesmo se dispôs a entrar em contato com os indígenas. Essa proposição, bastante questionada pelos demais, contou com o apoio de seu patrão e em sua primeira expedição foi acompanhado somente de mais três seringueiros.

Três autores são indicados por Iglesias como inspiração para a abordagem sobre as modalidades de mediação exercidas por Felizardo Cerqueira. Dialoga com a discussão feita por Robert Paine (1971) sobre os *middlemen* que atuam na implementação das políticas do governo canadense em comunidades indígenas e Esquimó. Retoma a formulação *entrepreneur* de Fredrik Barth<sup>2</sup> e a compara com um certo empreendedorismo de Felizardo. Uma terceira inspiração, e esta parece adquirir um papel preponderante na reflexão de Iglesias, é a definição de tutela desenvolvida por João Pacheco de Oliveira, em especial o seu aspecto considerado pedagógico.

Não cabendo aqui reproduzir as ações de Felizardo retratadas no trabalho de Iglesias, citamos a seguir as principais práticas e estratégias deste catequista de índios identificadas pelo autor:

[...] a companhia de um reduzido grupo (de seringueiros e/ou indígenas “mansos”), o rifle, o revólver, o terçado 222 e a corda como instrumentos de trabalho; a opção privilegiada por “pegar” alguns poucos índios e levá-los inicialmente ao barracão; a farta distribuição de “presentes”; a promoção de visitas a casas de seringueiros, para tornar o índio “conhecedor de nossas condições de amizade e tratamento”; e o posterior retorno às malocas, para que os próprios contassem o que haviam visto,

<sup>2</sup> A formulação retomada de Barth é extraída de dois trabalhos: 1972 – “Introduction”. In: *The role of the entrepreneur in social change in Northern Norway*. Bergen, Scandinavian University Books, p. 5-18; 1981 – “Models of social organization II”. In: *Process and form in social life. Selected essays of Frederik Barth: Vol I*. (Adam Kupfer, ed.). London, Routledge & Kegan Paul, p. 48-60.

como haviam sido tratados, mostrassem (e distribuíssem) os presentes e as ferramentas recebidos e abrissem uma possibilidade de diálogo visando à construção de entendimentos e relações duradouras. A utilização de “intérpretes”, homens escolhidos dentre os grupos previamente contatados, para a costura dos “acordos” [...] (IGLESIAS, 2010, p. 268).

As bem-sucedidas ações de catequese promovidas por Felizardo e por Ângelo Ferreira garantiram o reconhecimento enquanto tal pela Prefeitura do Alto Juruá e pela Comissão de Obras. Inicialmente estas ações também ganhavam a simpatia de seringalistas que percebiam aí condições apropriadas para o desenvolvimento de seus empreendimentos econômicos; no entanto, este crescente reconhecimento dos catequistas passou a ser visto como ameaças aos seus interesses.

Aprendemos da leitura realizada um outro marco importante na trajetória das relações estabelecidas por Felizardo e os Kaxinawá: o assassinato de Ângelo Ferreira. Este assassinato provocou entre os indígenas “catequizados” o medo da realização de novas correrias por parte dos caucheiros e dos seringalistas, o que fez com que vários grupos de famílias voltassem a dispersar-se na mata.

A história relatada por Iglesias nos conduz agora a observar a presença de Felizardo e de um grupo de famílias Kaxinawá no alto rio Envira. Há duas explicações possíveis para a localização destes índios na região. A primeira possibilidade explicativa remete a relatos dos próprios indígenas e também de não indígenas que conheceram e estudaram esta área, que caracterizam a região dos altos rios Purus, Envira, Tarauacá e Juruá como território há séculos ocupados por grupos pertencentes aos troncos linguísticos Pano e Arawak.

A segunda explicação parte dos escritos do Pe. Constant Tastevin, o qual enfatiza a chegada dos Kaxinawá trazidos por Felizardo. Segundo Tastevin, os “Kaxinawá de Felizardo” foram trazidos do rio Iboiaçu, afluente do Humaitá (IGLESIAS, 2010, p. 285). Para além desta divergência sobre a origem da presença dos Kaxinawá na região, Iglesias afirma – a partir das informações do próprio Felizardo – que é nos afluentes do rio Envira que este estabelecerão relações mais duradouras com estes indígenas.

Como os Kaxinawá retratam a figura de Felizardo Cerqueira? Através de diversas fontes, mas priorizando as entrevistas com indígenas Kaxinawá, o autor nos apresenta um reconhecimento por parte destes da figura de Felizardo como o catequizador que os protegeu e os salvou das correrias, que os amansou e os criou, possibilitando a inserção na economia do trabalho nos seringais.

Esta imagem é construída em oposição às representações sobre os mata-dores de índios, como nos relatos feitos sobre Pedro Galdino Filho, mais conhecido como Pedro Biló. O respeito dedicado a Felizardo e o medo de Pedro Biló são ainda reforçados por certos “poderes mágicos” que para os Kaxinawá ambos possuíam, porém:

Assim como Pedro Biló, Felizardo tampouco atribuiria a quaisquer “orações”, ou “poderes mágicos”, mas sim à sua experiência prática, os conhecimentos e o *savoir-faire* necessários às atividades que desenvolveu ao longo de sua trajetória (IGLESIAS, 2010, p. 350).

A atuação de Felizardo Cerqueira nas atividades de demarcação dos limites da fronteira internacional Brasil-Peru, junto à Comissão Mista Brasil-Peru, é relatada no sexto capítulo. Contratado como mateiro e prático por esta Comissão, Felizardo intermediou a incorporação de índios Kaxinawá aos trabalhos. Os depoimentos analisados por Iglesias nos dois últimos capítulos reforçam a imagem dos Kaxinawá como índios “catequizados”, “mansos” e “civilizados”.

O denso trabalho desenvolvido por Iglesias nos apresenta inúmeras informações capazes de uma reconstrução dos eventos que constituíram a implantação da empresa seringalista neste espaço transnacional e, ainda, importantes chaves interpretativas para pensarmos os mais diversos processos de (des)encontros entre os “índios” e a “civilização”.

Ao incluir em sua análise a maior diversidade de atores, tanto indivíduos quanto instituições, Iglesias amplia as possibilidades de compreensão sobre os processos políticos, econômicos e culturais. Permite-nos visualizar a construção de relações sociais de produção, assim como relações de dominação e também as diferentes estratégias adotadas pelas populações indígenas que garantiram, mesmo numa relação assimétrica, a sua sobrevivência física e cultural.

Priorizando a reconstrução de trajetórias de vida, o autor nos indica o reconhecimento da agência como profícua perspectiva analítica. Desta forma, é possível conceber como se constroem dialeticamente as relações entre as ações de mediação, tutela e patronagem, e as ações e opções estratégicas dos Kaxinawá na busca não somente de “proteção”, mas também de inserção e acesso a benefícios.



## REFERÊNCIAS

AQUINO, Terri Valle de. *Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”*. (Dissertação de Mestrado) – PPGAS, Universidade de Brasília. Brasília, 1977. mimeo.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Os seringais nativos: um esforço crítico sobre a visão unificadora*. Rio de Janeiro, 1977. 42p. mimeo.

\_\_\_\_\_. O caboclo e o brabo: notas sobre suas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 101-140, 1979.

PAINE, Robert. Introduction – a theory of patronage and brokerage. In: PAINE, Robert (Ed.). *Patrons and brokers in the East Artic*. Toronto: University of Toronto Press, 1971. (Newfoundland Social and Economic Papers, 2).

PICCOLI, Jacó. *Sociedades tribais e a expansão da economia da borracha na área Juruá-Purus*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP. São Paulo, 1993. 537p. mimeo.